

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

Críticas ao ritmo e não ao rumo de FHC

Uma evidência de que o ministro Fernando Henrique Cardoso preserva dose alta da taxa de expectativa favorável criada com a sua chegada ao Ministério da Fazenda são as próprias pressões que tem recebido, depois do anúncio da política salarial de gatilho e do cruzeiro real. Elas, em geral, não o forçam a mudar o curso do caminho escolhido. Apenas tentam convencê-lo a apressar os passos.

Não são apenas os economistas que sugerem maior velocidade no projeto de estabilização da economia. Dentro do partido de Fernando Henrique, o PSDB, começa a aparecer um certo desconforto com a lentidão das decisões.

Não se identifica nos resmungos dos tucanos nenhuma ansiedade por medidas de impacto ou choques na economia. Ao contrário, consolida-se no partido da equipe econômica a convicção de que só é admissível o choque como remédio extremo, à beira da perda do controle das rédeas da economia.

Alguns tucanos de influência no partido, como o governador do Ceará, Ciro Gomes, começam a cobrar outro tipo de choque. Seria uma espécie de explosão do governo, no sentido de ímpeto dos bons atacantes de futebol. O governo, segundo Ciro, poderia produzir resultados mais profundos e rápidos se não perdesse tempo e agisse com mais vigor nos assuntos considerados decisivos para inverter a tendência de alta da inflação.

Ciro trata com carinho e respeito o presidente Itamar, não deixa de ressaltar como são positivas e patrióticas as intenções dele, mas o critica duramente por ter permitido, por exemplo, que a discussão sobre salários imo-

bilizasse a equipe econômica durante 15 dias: "Passar duas semanas conversando com a CUT é não ter noção das coisas. Eu negocio com a CUT no Ceará duas horas por mês, assim mesmo para avalizar a tese de que sou democrata", diz Ciro.

Há, portanto, uma conta de Itamar Franco na lentidão das decisões. Mas a equipe econômica tem também a sua parcela. A ela caberia encontrar maneiras de empurrar o presidente a agir com mais rapidez. Ciro reconhece que a equipe de Fernando Henrique está com a faca e o queijo na mão. "Mas a faca não está amolada", diz.

Na hora de se fazer uma lista de assuntos que poderiam ganhar maior impulso e gerar expectativas mais favoráveis para o governo, a primeira lembrança tanto de economistas apreensivos como de tucanos impacientes são as privatizações. Elas avançam, sim, com segurança. Mas igual às tartarugas.

Pelo menos andam para a frente. Esta semana, o Conselho Monetário Nacional fez a equipe de Fernando Henrique andar um pouco para trás. Voltou a permitir que os governadores façam empréstimos na rede bancária em forma de antecipação de receita, o que estava proibido desde a reunião anterior em que os estados haviam sido enquadrados em normas rígidas de controle das contas públicas.

A única exigência é que essas antecipações sejam liquidadas no exercício do mandato dos atuais governadores, para evitar arapucas para os sucessores, como sempre ocorreu antes. É uma cláusula de segurança, mas não desmente que Fernando Henrique teve de afrouxar o garrote imposto aos governadores.

O IPMF questionado

O governo tem esperanças de que o Supremo Tribunal Federal decrete a constitucionalidade da cobrança do IPMF, imposto que no início do ano era considerado salvação do caixa do Tesouro e que hoje, com estimativa de receita mais do que minuada, é cada vez mais contestado por ações judiciais em todo o país.

A ação declaratória de constitucionalidade, uma espécie de advocatória disfarçada, foi incluída na lei do IPMF por insistência da assessoria jurídica do Ministério da Fazenda. No Palácio do Planalto, não se acreditava que representasse garantia de cobrança tranqüila do imposto.

Sequer desestimulou as ações judiciais. O pior é que, agora, no Palácio do Planalto, há a interpreta-

ção de que uma ação declaratória de constitucionalidade aprovada pelo STF não tranca automaticamente os processos em andamento em primeira instância judicial.

A supressão de instância é inconstitucional. Os que protestam contra o imposto podem decidir dar curso às suas ações, mesmo com a constitucionalidade do IPMF garantida pelo STF. Vão perder, mas têm o direito de ir até a última instância, o STF, para receber essa sentença.

Ganharão apenas tempo. O que é preciosíssimo para o governo.

Essa situação tornará irresistível, em breve, no Congresso, a aprovação da advocatória, um instrumento mais drástico, usado pelo regime militar de 1964.